

MARROCOS EM PORTUGAL

A Assembleia da República recebeu nos princípios de Setembro uma missiva do *Rassemblement Saharaoui Démocratique* (RSD) chamando a atenção dos parlamentares portugueses para a situação vivida pelos refugiados do Sahara Ocidental nos acampamentos no sul da Argélia. Mas que preocupações se abrigam atrás desta carta?

O RSD apresenta-se como «uma visão política diferente», com «uma clara alternativa, para proteger os direitos dos refugiados saharauís». A carta pretende denunciar a situação de vulnerabilidade em que a redução da ajuda humanitária colocou os que procuraram refúgio nos acampamentos. Isto porque «a ajuda humanitária (...) tornou-se um negócio que justifica o prolongamento indefinido deste conflito», sem, no entanto, especificar que conflito é esse.

«Também estamos certos de que a solução é política, mas o problema de uma solução política razoável é a falta, como sempre, de vontade política da comunidade internacional», acrescenta. E qual é a solução política que propõem? «A construção do Grande Maghreb.»

A carta é assinada por Salah khatri - um franco-saharauí a viver em França - «porta-voz e Coordenador-geral» do RSD. Na conferência de imprensa realizada em Paris em 25 de Março de 2011 apresentou o movimento como «uma alternativa democrática à Frente POLISARIO», propondo «uma solução política consensual negociada (...) que tenha em linha de conta os interesses da nossa região, o Maghreb». Talvez por isto tenha sido convidado a participar nos trabalhos do Comité de Descolonização da ONU na 68^a sessão da Assembleia Geral (2013/2014), pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros marroquino.

A carta surge após a realização na AR da sessão promovida pelo IPJET - *International Platform of Jurists on East Timor* sobre situações passadas (Timor-Leste) e presentes (Papua Ocidental e Sahara Ocidental) de ocupações militares e imposição de regimes coloniais a povos aos quais foi negada a via da autodeterminação.

Convém lembrar a rede de relações que foram sendo construídas ao longo do tempo entre as classes dirigentes de Portugal e Marrocos. O semanário *Sábado* de 12 de Abril de 2017 publicou um artigo sobre o caso do BPN/SLN.

Segundo o jornal, Dias Loureiro teria entregue uma mala com 1,5 milhões de dólares a «Benedito Vicente, dono da empresa marroquina Alborada, comprada em 2002-2003 pelo grupo BPN/Sociedade Lusa de Negócios no âmbito de uma complexa teia de negócios, tratados por Dias Loureiro, Oliveira



Fig. 1: Negócios com o regime

Costa e o empresário Abdul Al-Assir, que acabaram por provocar dezenas de milhões de euros de prejuízos (...).»

«O papel de Loureiro?», pergunta o jornal. «Contactos privilegiados era algo que o ex-ministro tinha conseguido, por exemplo, em Marrocos. Um deles estava no governo (o ministro do Interior, Driss Basri) e Loureiro conseguiu reunir vontades na sociedade que ganhou a construção e a concessão por 30 anos da exploração da rede de água, saneamento e energia eléctrica na capital marroquina» e «cuja rentabilidade seria garantida pelo recebimento das tarifas cobradas pela distribuição de água, saneamento e electricidade.»

Note-se que «os ministros socialistas Jorge Coelho e Pina Moura assistiram à assinatura do contrato histórico».